

Sumário

Prefácio	XV
Considerações Iniciais	XIX
1 Os Paradigmas do Estado Moderno e a Regulação da Inteligência Artificial	1
1.1 Inteligência artificial: conceitos e premissas epistemológicas	1
1.2 Situando a IA no contexto da Modernidade.....	8
1.3 O paradigma jurídico-político do Estado moderno	19
1.4 O paradigma jurídico-político-econômico-administrativo.....	30
1.5 A aplicação dos paradigmas modernos do Estado na regulação da IA.....	42
2 A Utilização de Teorias Responsivas na Regulação dos Sistemas de Inteligência Artificial	51
2.1 Direito Regulatório, regulação e as teorias regulatórias responsivas.....	51
2.2 Regulação responsiva.....	58
2.3 Regulação inteligente	66
2.4 Redes nodais.....	70
2.5 Diamante regulatório.....	74
2.6 O estado da arte na regulação responsiva da IA	79
2.6.1 O nível de adesão das Big Techs aos princípios da IA	80
2.6.2 Regulação responsiva, transparência, cooperação e <i>machine learning</i>	88
2.6.3 Responsividade na regulação da IA à luz dos direitos autorais	91
2.6.4 Regulação flexível dos veículos autônomos.....	93
2.7 Síntese sobre a responsividade na regulação do uso da IA.....	96

3 Instrumentos de Regulação do Uso da Inteligência Artificial no Brasil	103
3.1 Recomendação do Conselho de Inteligência Artificial-OCDE.....	105
3.2 Projeto de Lei nº 21/2020-CD.....	111
3.3 Resolução nº 332/2020-CNJ.....	115
3.4 Portaria nº 4.617/2021-MCTI.....	120
3.5 Projeto de Lei nº 2338/2023-SF.....	125
4 Exame dos Indicadores de Responsividade dos Instrumentos Regulatórios do Uso da IA no Brasil	135
4.1 Metodologia.....	136
4.2 Resultados.....	142
4.3 Discussão.....	151
Considerações Finais	163
Referências	169